



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO,
ORÇAMENTO E PROJETOS

ATA DE REUNIÃO Nº 315/2022 (Sequência: 14)
TOMADA DE PREÇOS nº 04/2022

Às nove horas do dia três do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e dois (03/08/2022), a Comissão Permanente de Licitações nomeada pelo Decreto n.º 19.303, de 11 de janeiro de 2022, formada pelos membros: ADRIANA PIEGAS DE SOUZA, servidora efetiva, neste ato desempenhando as atividades de Presidente, PRISCILA FREDERICH DE OLIVEIRA, CRISTIANE ANDRADE DOS SANTOS, TATIANE GAVIÃO CAMARGO e FERNANDA ROHLER BRONZONI, se reuniram em sessão pública, na sala de licitações, localizada junto ao Centro Administrativo Salvador Lionço Pereira Alvarez, na Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos, sito à rua Ver. Eurico Batista da Silva nº 64, para deliberar acerca da licitação, na modalidade Tomada de Preços nº 04/2022/PE/SMPOP-DCL, o qual tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de coleta, com fornecimento dos recipientes, transporte, tratamento e destino final em aterro licenciado (próprio ou terceirizado) dos RESÍDUOS SÓLIDOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE dos grupos A, E e B. Nesta data, a Comissão registra o recebimento dos pareceres técnicos, e passa a julgar os recursos. Para um melhor entendimento, o recurso será analisado em tópicos distintos, a seguir divididos. **DAS RAZÕES DE RECURSO:** A empresa **CETRILIFE** interpôs recurso contra a desclassificação, alegando, em síntese: a) considerando o erro no somatório final do preço, argumentando que tal erro era sanável, que sua correção não mudaria a essência da proposta; e b) ausência de transparência e publicidade da decisão tomada em face de seu recurso na fase de habilitação, requerendo a anulação de todos os atos ocorridos após 05/05/2022; e c) diferença entre o valor estimado pela Administração em relação a proposta de preços proposta pela empresa sugere superfaturamento do valor estimado, e ainda a exequibilidade do valor proposto. **Postulou**, então, pela classificação da sua proposta, nulidade de todos os atos ocorridos após o dia 05/05/2022 e desclassificação da empresa Aborgama em razão de ter apresentado proposta Inexequível. **DAS CONTRARRAZÕES:** Em contrarrazões, a empresa **ABORGAMA** sustentou, que a desclassificação da recorrente ocorreu de maneira adequada: a) a correção da proposta apresentada acarretaria em uma ilegalidade, uma vez que apresenta vícios insanáveis, uma vez que apresentou um erro de somatório no total de tratamento e transporte, que refletiu na proposta final; e, b) que o procedimento adotado pela Comissão foi correto, em relação ao reconhecimento tempestivo do recurso apresentado pela empresa CETRILIFE, uma vez que ele fora apresentado dentro do prazo e por um lapso não foi verificado pela comissão no e-mail oficial alternativo, a comissão retificou o comando anterior, recebendo o recurso e abrindo o prazo de contrarrazões; e c) o preço ofertado pela recorrida, levou em consideração todos os custos envolvidos para a prestação dos serviços do objeto do edital. Se a empresa consegue demonstrar que tem condições patrimoniais e financeiras para executar os serviços sob a remuneração do valor ofertado; demonstrada a regularidade fiscal e previdenciária e demonstra-se amplamente qualificada tecnicamente para prestação do serviço que está sendo contratado, não há razão para a não aceitação do preço ofertado pela licitante. **INFORMAÇÃO Nº 2.172/2022 – DPM:** a) Em relação aos cálculos apresentados, restando confirmados que os apontados equívocos na planilha de custo caracterizam meros erros formais, sem repercussão na proposta final, orientamos que seja dado provimento ao apelo recursal, porquanto nessa hipótese, não haverá prejuízo aos princípios norteadores do processo licitatório. **Ao revés, caso seja apurado que os erros em questão, se corrigidos, terão repercussão no cálculo final, com consequente alteração da proposta, sugere-se seja negado provimento do recurso.** b) Da análise das atas apresentadas, temos que a Comissão agiu corretamente, uma vez que consignou não ter havido manifestação de nenhuma empresa (prazo recursal) ata 155/2022, contudo ao ser alertada sobre eventual equívoco, imediatamente retificou a informação anteriormente disponibilizada - ata 156/2022, aduzindo que houve o recebimento tempestivo, por e-mail, do recurso da empresa Centrilife. Dessa forma não vislumbramos quaisquer vícios na postura da Comissão. Tal providência não se confunde com a anulação de todo o processo licitatório na medida que não se vislumbra vício de ilegalidade que justifique tal medida. c) *“Em sede de contrarrazões, a empresa apresentou a seguinte justificativa: “o escopo de coleta previsto envolve a coleta de 5.100 litros por mês em média. Por outro lado, a cubagem disponível no modal a ser utilizado (veículo baú 3/4) corresponde a 405m³ por mês, ou 15m³ diários. Neste*

DA CS

PARA: GAP

~~CONFIDENTIAL~~

EXCELENTÍSSIMO PREFEITO, COMPULSANDO OS AUTOS, TEMOS QUE NÃO MEMELE REPAREMOS A DECISÃO LANÇADA PELA COMISSÃO, EIS QUE ENFRENAMOS TODOS OS PONTOS TRAZIDOS A APRECIACÃO, CUSAS RAZÕES ENCONTRAM LUCIDEZ E O AMPARO LEGAL.

ASSIM, PARA EVITAR TAUTOLOGIA, ADOTAMOS SUAS RAZÕES DE DECIDIR, RELEVANDO PREVALENTER A EMPRESA ADONIGAMA COMO VULNERADA NO CERTAME.

É COMO OPIAMOS.

09/08/22




Marcos Rogério Souza dos Santos
Advogado
OAB/RS 61.217



Emerson Vargas Fontella
OAB/RS 83.429
PMSB

Honrabilíssimos parecer
jurídico e ato de
comissão

 10/08/22

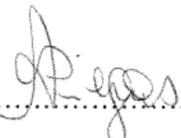
sentido, o escopo pretendido pelo município deve utilizar 1,23% da capacidade dos recursos de transporte. Essa informação consta inclusive na própria Planilha de Composição de Custos. Portanto, o modal tem quilometragem mensal média calculada de 4.680km/mês. Dessa forma, tem-se que da quilometragem mensal calculada, o município deve obter 1,23%, em perfeita coerência com a utilização dos recursos. Assim sendo, a composição demonstra claro e pertinente racional no dimensionamento dos custos de transporte, não havendo que se falar em inviabilidade da prestação dos serviços com o custo operacional referente à quilometragem indicado na planilha de custos". Assim, nos parece que o fato da empresa ter apresentado valor para a prestação de serviços em disparidade com o valor apurado pela Administração, não configura superfaturamento, tampouco preço manifestamente inexequível, já que cabe a ela demonstrar a exequibilidade da sua proposta, o que foi ratificado ao declarar que "levou em conta todos os custos operacionais, de mão de obra, manutenção, veículos, insumos, etc. tendo por base os parâmetros legais e determinados pelo instrumento convocatório".

DO PARECERE TÉCNICO: Parecer nº 159/2022, firmado pelo Eng. FERNANDO BRASIL AQUINO DOS SANTOS, o qual refere o que segue: "A proposta orçamentária do certame apresenta o compute de mão de obra e encargos sociais, em conformidade com os ditames legais vigentes; toda e qualquer alteração será tempestiva se solicitada antes da abertura do certame, caso contrário a planilha orçamentária oficial é a norteadora para a formação das propostas (SINAPI de referência, encargos sociais) itens considerados na formação do preço final. A proposta da empresa Centrilife, apensa no volume IV do processo com um valor total de R\$ 36.108,00 apresenta as seguintes inconsistências que afetam o valor final da proposta apresentada: a) A proposta apresentada considera como encargos sociais o valor de 36,8% o que equivale apenas a soma do grupo A da composição de encargos sociais adotados pelo sistema SINAPI, da Caixa Econômica Federal utilizado no certame, tendo sido ignorados os grupos B, C e D, ou seja, férias, 13º salário, faltas justificadas, etc. e consequentemente o valor total dos encargos. Tal diferença afeta o valor total da proposta; b) Na proposta oficial da Prefeitura existe a consideração do emprego de um técnico de segurança do trabalho, fato este não contemplado na planilha da recorrente; Portanto diante da manifestação supra, e da manifestação dos consultores da DPM na página 04, entre as linhas 17 e 23 da informação supracitada e do acórdão 2546/2015-Plenário do TCU. Seria passível de acatamento na condição de não alterar os itens contemplados e ofertados e o valor final respeitando os valores referência das profissões orçadas, e que todo e qualquer desconto para adequação de proposta será replicado em caso de atualização. Porém como a empresa zerou o item técnico de segurança, ou seja, não considerou o custo e não observou o orçamento referência integrante do edital. **A correção dos encargos sociais irá impactar e majorar o valor proposto, não cabendo reclassificá-la.**"

DA DECISÃO DA COMISSÃO: As argumentações apresentadas pela recorrente não merecem prosperar, uma vez que, a Comissão adotou o procedimento correto reconhecendo o recurso apresentado, revendo seus atos, abrindo o prazo de contrarrazões. Em relação aos equívocos na planilha de custo da empresa Centrilife, verifica-se, conforme Parecer Técnico nº 159/2022, que a correção da proposta, terá repercussão no cálculo final, consequentemente alteração na proposta apresentada. Quanto a inexequibilidade do valor proposto e superfaturamento do valor estimado, a recorrida em suas contrarrazões, demonstrou, justificou e afirmou que tem condições patrimoniais e financeiras para executar os serviços, que levou em consideração todos os custos envolvidos, dessa forma, verifica-se que a composição demonstra claramente o dimensionamento dos custos de transporte, não havendo que se falar em inviabilidade da prestação dos serviços com o custo operacional referente à quilometragem indicado na planilha de custos, apesar de haver a disparidade em relação ao valor apurado pela Administração, não se configura superfaturamento nem preço manifestamente inexequível, já que cabe a ela demonstrar a exequibilidade da sua proposta, o que foi ratificado ao declarar que "levou em conta todos os custos operacionais, de mão de obra, manutenção, veículos, insumos, etc. tendo por base os parâmetros legais e determinados pelo instrumento convocatório". Por fim, com base nos pareceres acima mencionados, a Comissão julga IMPROCEDENTE o recurso apresentado pela empresa CETRILIFE, ratificando a classificação e declarando VENCEDORA do certame a empresa ABORGAMA. No entanto, encaminhamos o processo para análise e homologação do julgamento pela Autoridade Superior. Nada mais havendo, eu, Adriana (Presidente), encerrei os trabalhos da presente reunião, lavrei a presente ata, que após lida e achada conforme, segue assinada por mim e pela Comissão de Licitações.

Comissão de Licitações

Adriana Piegas de Souza

.....


Presidente



Priscila Frederich De Oliveira

.....
Priscila

Membro da Comissão

Cristiane Andrade dos Santos

.....
Cristiane

Membro da Comissão

Fernanda Rohleder Bronzoni

.....
Fernanda R. Bronzoni

Membro da Comissão

Tatiane Gavião Camargo

.....

Membro da Comissão

gp.